

A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O SERVIÇO DE AEE REALIZADO NUMA INSTITUIÇÃO EXTERNA

Ana Caroline Pinto da Rosa¹
Clariane Nascimento de Freitas²
Lara Bibiana Marasca³
Luana Fietz da Silva Raznievski⁴
Miriam Dias Vargas⁵

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que visa dar apoio e complementar o processo de inclusão dos alunos público da Educação Especial (PEE) matriculados na rede regular de ensino. Cabe ao professor de AEE, o espaço de interlocução entre todos os setores da escola a fim de elaborar e possibilitar estratégias que contribuam para o processo de escolarização destas crianças/estudantes. Atualmente, há um crescente movimento em prol de um trabalho articulado entre o professor do AEE e o professor de sala regular, em benefício dos sujeitos PEE. Este trabalho objetiva, através de um relato de experiência, demonstrar a importância da relação entre a escola e o AEE. A experiência aqui relatada, tem como diferencial o fato do AEE ser realizado numa instituição externa à escola. O desafio desta prática é realizar uma aproximação com as escolas, estabelecendo vínculos e fortalecendo a comunicação, para que a distância seja apenas no âmbito físico. Desse modo, uma das ações é articular as práticas pedagógicas entre a professora do AEE e os professores da sala regular, pensando em um trabalho colaborativo como um processo de inclusão no qual a aprendizagem é construída por todos da classe. Os resultados indicam que o ensino colaborativo, além de ser uma prática inclusiva, contribui para a aproximação dos professores da sala de aula comum e os do AEE.

Palavras-chave: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Ensino Colaborativo.

INTRODUÇÃO

Desde 2008, com a promulgação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) o sistema educacional brasileiro tem como premissa garantir o acesso de todas as crianças/estudantes, independentemente de qualquer especificidade, ao ensino de qualidade nas escolas de ensino

¹ Especialista pelo Curso de Psicopedagogia: abordagem clínica e institucional da Universidade Franciscana - RS, ana.rosa@prof.santamaria.rs.gov.br

² Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-RS, clarianenf26@gmail.com

³ Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria - RS, lara.marasca@prof.santamaria.rs.gov.br

⁴ Especialista pelo Curso de Psicopedagogia: abordagem clínica e institucional da Universidade Castelo Branco, luana.raz@edu.santamaria.rs.gov.br

⁵ Doutoranda pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - RS, miriam.vargas@prof.santamaria.rs.gov.br

comum. Essa defesa por uma educação inclusiva, que respeita a diversidade, é fruto de uma longa trajetória que, ao longo da história, foi se (re)construindo à medida que a humanidade também foi se desenvolvendo e, conseqüentemente o saber, ou seja, a ciência foi evoluindo, repercutindo no modo como as pessoas com deficiência foram sendo tratadas e compreendidas neste percurso.

Podemos sintetizar a forma como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da história a partir de quatro paradigmas (Sassaki 1997; Mazzotta, 2001; Mendes, 2010; Rossetto, 2006):

- a) exclusão: ou extermínio - quem nascia com alguma deformidade era abandonado ou até mesmo jogado de penhascos;
- b) segregação: com o advento do Cristianismo, surge a ideia da expiação de pecados ou ainda possessão por demônios; nessa época havia um conflito, pois, sendo o homem imagem e semelhança de Deus, como poderia ter deformidades? Outra característica dessa época (Idade Média) foi o assistencialismo: as pessoas com algum tipo de deficiência não podiam mais ser exterminadas por serem filhas de Deus, mas eram escondidas do restante da comunidade;
- c) integração: as pessoas com deficiência deveriam ser ‘normalizadas’, ou seja, deveriam se enquadrar nos comportamentos da sociedade para dela poderem fazer parte;
- d) inclusão: é a sociedade que precisa se adequar para poder atender as necessidades de todas as pessoas.

Estes paradigmas são delimitados tendo como referência épocas históricas e se considera que houve uma evolução na forma como a sociedade foi lidando com as pessoas com deficiência. Tais paradigmas também perpassam o espaço escolar, pois inicialmente, as crianças com deficiência não podiam frequentar a escola (exclusão), sendo colocadas em instituições especiais. Posteriormente, elas passaram a ter direito de estar na escola, mas estudavam em classes especiais (segregação) e só podiam frequentar a classe comum, se tivessem condições para isso (integração). Mas, felizmente, com o movimento de pessoas com deficiência e seus familiares, estes sujeitos passaram a reivindicar seus direitos, demonstrando que a exclusão ocorre não pelas limitações do sujeito, mas, sim, pelas barreiras impostas pela sociedade.

Diante deste breve panorama, falaremos da atualidade, onde a inclusão e o respeito à diversidade é - ou pelo menos deveria ser - a premissa maior da educação.

Desse modo, o objetivo deste trabalho, é mostrar a importância do trabalho colaborativo entre a escola e o serviço de AEE através do relato de experiência vivenciado entre escolas que não têm sala de recursos e o serviço mencionado oferecido por um programa

de atendimento especializado num município na região centro do estado do Rio Grande do Sul.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que visa dar apoio e complementar o processo de inclusão dos alunos público da Educação Especial matriculados na rede regular de ensino. Cabe ao professor de AEE, o espaço de interlocução entre todos os setores da escola a fim de elaborar e possibilitar estratégias que contribuam para o processo de escolarização destas crianças/estudantes (BRASIL, 2011).

Mesmo com as mudanças em relação às políticas públicas no campo da Educação Especial nas últimas décadas, dentro das escolas, a prática da inclusão tem sido um lugar de lutas e de resistência para que as crianças/estudantes público da Educação Especial tenham seus direitos assegurados, principalmente, no que diz respeito ao seu desenvolvimento pleno e aprendizagem.

A ação e o cenário do professor da Educação Especial, durante muito tempo, foi, exclusivamente, o atendimento educacional especializado dentro da sala de recursos, sendo o estudante público da Educação Especial considerado como sendo de responsabilidade somente deste professor. Vale ressaltar que os estudantes são 'público da Educação Especial', mas que a Educação Especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis e modalidades, portanto, estes estudantes não são somente 'da Educação Especial' mas, sim, de toda a escola.

Atualmente, há um crescente movimento em prol de um trabalho articulado/colaborativo entre o professor do AEE e o professor de sala regular. Obviamente, o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais é importante e permite que o professor do AEE possa auxiliar os estudantes a complementar e/ou suplementar seus estudos através do desenvolvimento de habilidades e competências que possam estar em defasagem. No entanto, a proposta de ação colaborativa entre os professores de AEE e os professores das salas regulares, justifica-se pela perspectiva de educação inclusiva, onde o estudante deve estar junto de seus pares e o professor de AEE se insere nesse contexto para, em colaboração com o professor da sala regular, pensar em estratégias para que este estudante esteja, de fato, incluído nas propostas pedagógicas para a turma.

O ensino colaborativo ou coensino

emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Assim, ao invés dos alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido

colaborar com o professor do ensino regular (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011, p. 85)

Pesquisadoras como Capellini (2004), Rabelo (2012) e Vilaronga (2014) destacam a importância do ensino colaborativo como estratégia para a inclusão na educação infantil e no ensino fundamental. Pois, a partilha de conhecimentos entre os docentes, que só é possível no trabalho colaborativo, beneficia tanto as crianças/estudantes quanto os profissionais envolvidos (RABELO, 2012; VILARONGA, 2014).

Esta articulação nos remete ao ensino colaborativo descrito por Capellini (2004), que nos traz o trabalho articulado entre professor especializado e professor do ensino comum na busca por estratégias e práticas conjuntas que favoreçam o aluno. Ainda sobre ensino colaborativo König e Bridi (2019) nos trazem que:

Ensino Colaborativo, (...) prevê a colaboração entre professor do Ensino Comum e professor da Educação Especial no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades pedagógicas de toda a turma, enfatizando a aprendizagem como um constructo coletivo entre todos os colegas. Compreendo, assim, uma possibilidade de deslocar o atendimento educacional especializado para o contexto da sala de aula comum, transferindo o foco de intervenção do sujeito em situação de inclusão e potencializando os processos interativos ao longo das ações pedagógicas desenvolvidas (p. 280).

A experiência de ensino colaborativo que apresentaremos na sequência, ocorre no âmbito da rede municipal de ensino na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. O diferencial deste trabalho é o fato de que o AEE é um serviço externo à escola onde as crianças/estudantes estão matriculadas no ensino regular. A rede municipal de educação de Santa Maria tem se esforçado para estar em consonância com as políticas educacionais de inclusão, constituindo-se por 82 escolas, onde a maioria possui salas de recursos multifuncionais e professor/a no AEE. Normalmente o AEE é realizado dentro das escolas que tem em seu quadro funcional o professor de Educação Especial. As escolas que não possuem este serviço, têm como referência para o AEE o Programa de Atendimento Especializado Municipal (PRAEM).

O PRAEM é um programa de referência nos atendimentos educacionais e de saúde no referido município. Foi instituído através da Lei municipal nº 5.991 em 2015. Seu principal objetivo é auxiliar na superação das dificuldades e no processo de escolarização de crianças/estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA (até 18 anos) da Rede Municipal de Ensino que estejam enfrentando dificuldades em seu percurso de escolarização, garantindo atendimentos nas áreas da Saúde e Educação. E, dentre seus servidores, conta com

uma professora de Educação Especial que realiza o AEE daquelas crianças/estudantes que não têm este serviço nas escolas em que estão matriculadas.

O nosso atual espaço de atuação nos coloca em um ambiente externo ao das escolas dos alunos PEE atendidos em nossa instituição. E com isso, somos desafiados a proporcionar uma interlocução com o espaço da escola a fim de efetivar as práticas de inclusão.

Inicialmente, os alunos chegam até o serviço de AEE através da Coordenação da Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Santa Maria, a qual mapeia as necessidades da rede e realiza o encaminhamento para o PRAEM, ou via portal de demandas através das escolas que indicam a necessidade deste serviço.

Identificados os alunos, é feito contato com as famílias para agendamento de acolhimento no espaço do PRAEM. Neste primeiro momento é feita uma anamnese com a família dos estudantes, onde além de um conversa sobre a rotina familiar, fazemos um escuta sensível com a família com o intuito de acolher e estabelecer uma relação de proximidade. Além disso, no acolhimento são esclarecidas possíveis dúvidas, é explicado também como acontecem os atendimentos e a importância dos mesmos para o desenvolvimento dos estudantes.

Em segundo momento, é feito contato com as escolas a serem atendidas, onde conversamos sobre os estudantes encaminhados e fazemos visitas nas mesmas, a fim de conhecer o contexto escolar e observar como o aluno se relaciona com aquele espaço e com a aprendizagem. É realizada uma sondagem com as professoras sobre o desenvolvimento dos alunos em questão, para que se possa, de forma conjunta, traçar objetivos e estratégias para serem alcançados com estes alunos.

No decorrer do ano letivo, são realizados contatos com os professores dos alunos atendidos onde planejamos propostas e intervenções de forma colaborativa.

O serviço de AEE no PRAEM engloba os atendimentos individuais com os estudantes PEE, o acompanhamento periódico nas escolas destes alunos, o contato direto com as escolas (equipe gestora, professores, monitores), planejamento colaborativo e orientação às famílias.

O trabalho realizado no PRAEM, vai para além do atendimento individualizado com o aluno, sendo um dos nossos maiores objetivos dentro do serviço de AEE a aproximação com as escolas e o planejamento colaborativo. O planejamento colaborativo possibilita aos professores envolvidos perceberem a diversidade que há dentro da sala de aula e usar esta pluralidade como condutora de suas práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o perfil dos alunos que são atendidos pelo serviço de educação especial do PRAEM, em sua maioria alunos de escolas de educação infantil, os atendimentos individualizados são planejados com objetivos que visam garantir os direitos de aprendizagem destas crianças, assim como estimular e desenvolver habilidades que ainda não foram adquiridas ou estão em processo de desenvolvimento. Pensando nisso, a prática educativa que tem nos conduzido está imersa dentro do currículo da educação infantil, pensando a educação infantil como espaço potencializador de brincadeiras, imaginação, interações e criações por parte de crianças e adultos. Nesse sentido, é organizada levando em conta os eixos que norteiam a educação infantil: interações e brincadeiras onde “ [...] Valorizar o brincar significa oferecer espaços e brinquedos que favoreçam a brincadeira como atividade que deve ocupar o maior espaço de tempo na infância” (BRASIL, 2015c, p.3).

Assim, o atendimento é organizado levando em conta os eixos norteadores da educação infantil: interações e brincadeiras, respeitando as individualidades e necessidades específicas de cada criança (figura 1).

Figura 1- Propostas realizados no AEE do PRAEM



Fonte: autoras

Como parte do processo de inclusão, o planejamento e o trabalho colaborativo beneficiam todos os alunos das turmas na qual essa prática é proposta, contribuindo para o processo de desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes. Neste sentido, é feito

contato com as professoras, e de acordo com a especificidade da turma é planejado a intervenção de acordo com os objetivos que nos propomos atingir (figura 2).

Figura 2- Proposta colaborativa nas escolas da rede



Fonte: autoras

Neste período no qual nos propomos estar junto das escolas, percebemos o quão importante tem sido o entrelaçamento entre PRAEM/escola/família e o resultado positivo que tem repercutido no desenvolvimento dos nossos alunos. Com as trocas periódicas que são realizadas, as professoras da sala regular relatam maior segurança frente os desafios diários da inclusão, assim como uma facilidade no momento do planejamento, pensando que este deve contemplar todos os alunos da turma.

É importante mencionar que essa prática colaborativa nos proporciona um sentimento de pertencimento nas escolas nas quais assistimos, o acolhimento e a relação que são estabelecidos nos deixam à vontade para pôr em prática os planejamentos, e a sensação a cada intervenção é de que também pertencemos àquelas escolas.

Os resultados dessas práticas são evidenciados nos relatos das famílias, das escolas e através dos pareceres pedagógicos que são compartilhados conosco, onde é possível perceber o desenvolvimento e o avanço significativo dos alunos atendidos pelo PRAEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão ainda é uma temática que traz muitas problemáticas no âmbito escolar, no decorrer de sua trajetória precisou passar por um processo de “aceitação” dos sujeitos com deficiências, vistos somente com o olhar da deficiência, ou sob a incapacidade de aprender o que lhe seria oferecido. A ação do professor da educação especial neste cenário foi a de mostrar as potencialidades que havia nestes estudantes, criando uma cultura de que o lugar desses sujeitos seria exclusivamente o AEE sob a responsabilidade do professor da sala de recursos.

Assim o docente do ensino regular acabou se afastando do sujeito com deficiência e criou-se um imaginário de que único e mais preparado profissional para atender as singularidades daquele aluno seria o professor da sala de recursos multifuncional, produzindo-se sistemas paralelos dentro da inclusão, onde o aluno é atribuído somente a um lugar (sala de recursos multifuncionais) e a determinados profissionais como o professor especializado, e o monitor de apoio.

É possível perceber que quando os professores começam a ter um olhar diferenciado sobre os alunos com deficiência, sentem-se seguros para experimentar estratégias diversificadas, abandonando a ideia de socialização e aderindo a ideia de aprendizagem. Além disso, quando eles compartilham saberes e experiências bem sucedidas com outros docentes, saem do lugar de meros expectadores da inclusão e se colocam como protagonistas o que os incentiva a continuar em busca do saber em relação a temática e os leva a querer contribuir também na prática de outros docentes.

Com isso, o trabalho colaborativo, além de potencializar as práticas docentes, também é uma forma de qualificação para os professores, onde a troca de saberes e aprendizagem com outros pares nos proporciona um crescimento pessoal e profissional. Os professores de sala regular e o professor de educação especial se encontrarão mais seguros no seu fazer pedagógico, ampliando ainda mais suas estratégias de sala de aula, favorecendo não somente a aprendizagem dos alunos incluídos e de seus pares, mas o desenvolvimento integral destes estudantes proporcionando uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. **Nota Técnica nº 02 de 04 de agosto de 2015** - Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Brasília, 2015a.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 302 f. Tese de Doutorado em Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

KÖNIG, F. R.; BRIDI, F. R. de S. O ensino colaborativo e a gestão das práticas pedagógicas: avaliando efeitos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 1, p. 278-290, jan./abr., 2019.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, E. G.. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educacion y Pedagogía**, v. 22, n. 57, mayo-agosto 2010, p.93-109.

MENDES E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, 2011, 81-93.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 200 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

ROSA, M. P. **Práticas pedagógicas articuladas entre ensino comum e educação especial: possibilidades de acesso ao currículo**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022

ROSSETTO, E. et al. Aspectos Históricos da Pessoa com Deficiência. **Educere et Educare**, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

VILARONGA, C.; MENDES, E. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, 1 jan. 2014.00

VILARONGA, C. A. R. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. 216 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, 2014.